

Capitalismo dependente e Serviço Social: resistência, lutas e construções

Dependent Capitalism and Social Work:
resistance, struggles and constructions

Eduardo Henrique Moraes Santos*  

Mariana Teodoro de Sousa **  

Yve Matayoshi Galvão ***  

Lesliane Caputi****  

Resumo: Este artigo oferece reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro, marcado pela precarização e superexploração do trabalho. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado na abordagem crítica da tradição marxista, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Como resultado, observa-se que assistentes sociais enfrentam desafios significativos e constroem, de maneira coletiva e politicamente articulada, estratégias de resistência e luta que se alinham ao projeto ético-político hegemônico da profissão. Essas estratégias, em articulação com as entidades representativas da categoria, fortalecem as condições cotidianas de trabalho no contexto brasileiro bem como a luta em defesa dos direitos do conjunto da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Serviço Social; Capitalismo dependente; Projeto ético-político.

Abstract: The work brings reflections on the expressions of social workers' work in the context of Brazilian dependent capitalism, addressing aspects such as precariousness and overexploitation, aiming to express in professional work the resistance strategies adopted by professionals, from a critical-dialectic perspective. This is a theoretical essay, anchored in the critical approach of the Marxist tradition and carried out through a bibliographical review and documentary analysis. As a point of arrival, social workers face challenges and collectively and politically build strategies of resistance and struggles aligned with the hegemonic ethical-political project of the profession, in confrontation with entities in the category, building insights to strengthen everyday working conditions. in the Brazilian context.

Keywords: Social Service; Dependent capitalism; Ethical-political project.

* Universidade Federal do ABC. E-mail: santos.hm.eduardo@gmail.com

** Universidade Estadual Paulista. E-mail: teodoro.sousa@unesp.br

*** Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: yve.galvao@gmail.com

**** Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: lesliane.caputi@uftm.edu.br

Introdução

As profundas raízes da desigualdade no Brasil, marcadas pela dependência econômica e política histórica, moldam o cotidiano de milhões de trabalhadoras/es brasileiras/os e desafiam as fronteiras do Serviço Social no país. A subordinação da economia brasileira aos interesses das economias centrais restringe as possibilidades de desenvolvimento autônomo, aprofundando desigualdades e intensificando as expressões da questão social. Nesse cenário, a atuação de assistentes sociais se insere em um contexto amplo de refilantropização e plafornização das políticas sociais, ampliação da superexploração da força de trabalho e crescente limitação ao acesso nos serviços públicos.

Este artigo, sob luz do referencial marxista acerca do capitalismo dependente, investiga as relações que envolvem e moldam o Serviço Social brasileiro frente às ofensivas políticas neoliberais considerando, o desenvolvimento histórico e o significado social da profissão na perspectiva crítica, logo, marxista, para discutir as possibilidades de lutas e resistência no atual cenário marcado pela subordinação econômica, plafornização e neoliberalização da vida.

A inserção do Brasil no sistema capitalista global é marcada pela dependência estrutural e pela subordinação aos interesses dos países centrais. Concebido dentro das abordagens críticas da Teoria Marxista da Dependência, o capitalismo dependente brasileiro caracteriza-se pela superexploração da força de trabalho, pela subordinação aos fluxos de capital e pela desigualdade estrutural, configurando uma economia periférica cujos recursos e riquezas são direcionados a fortalecer a acumulação de capital nas economias centrais (Marini, 2005).

Destarte, as contradições sociais se intensificam, aprofundando desigualdades e limitando a capacidade de transformação social do país, tanto em nível nacional quanto internacional. Esses aspectos estruturais da dependência também exercem influência sobre as políticas sociais e públicas, bem como sobre o exercício de profissões que lidam com as expressões da questão social, fruto do conflito entre capital e trabalho, entre as quais se destaca o Serviço Social (Netto, 2001).

Enquanto profissão inserida na divisão de gênero, racial e sociotécnica do trabalho, o Serviço Social sofre os rebatimentos estruturais e conjunturais do modo de (re)produção social, especialmente das relações de dependência econômica e dos processos de subordinação que marcam a economia brasileira. Sua trajetória no país tem origem em um contexto conservador, vinculado ao desenvolvimento das políticas sociais estatais na década de 1930. No entanto, foi a partir da década de 1970, em meio às lutas e resistências contra a ditadura militar e empresarial na América Latina, que a profissão passou a se articular com os movimentos sociais da classe trabalhadora, impulsionando a construção de uma perspectiva histórico-crítica (Netto, 2001).

Esse processo culminou na formulação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, consolidado a partir do denominado Congresso da Virada (1979).

Esse projeto profissional está ancorado em uma proposta societária que defende a “ruptura com o conservadorismo, travando batalha anticapitalista na direção de uma sociedade igualitária e libertária, comum a todos os indivíduos sociais” (Caputi; Tabosa; Paula, 2021, p. 43). Seu eixo ético fundamental é a liberdade, associada aos princípios de democracia, ampliação e consolidação da cidadania e defesa intransigente dos direitos humanos, o que implica necessariamente o respeito à diversidade.

No entanto, as contradições geradas pelo capitalismo dependente e pela ofensiva neoliberal impõem desafios constantes ao Serviço Social. “No cenário da complexa dinâmica de forças entre Estado e sociedade civil, as políticas públicas e sociais são marcadas por negociações, ajustes, lutas e concessões políticas” (Duarte, 2021, p. 28). Alinhado ao seu projeto crítico, o Serviço Social não tem se furtado ao debate e à resistência diante dos sucessivos ataques às políticas públicas e sociais. Esse processo se intensificou nos últimos anos, especialmente no contexto do aprofundamento da agenda neoliberal no Brasil. Entre 2017 e 2022, sob um governo de extrema direita, houve um ataque frontal à ciência, à natureza pública das instituições e aos serviços e políticas sociais como um todo, em um movimento que persiste e exige vigilância e resistência contínuas.

Muitas são as estratégias de resistência, as lutas e as construções promovidas pelo Serviço Social no Brasil no contexto do capitalismo dependente, e no compêndio das reflexões deste artigo, destacam-se algumas pautadas no sentido da práxis transformadora, conectadas à defesa do Projeto Ético-Político da profissão como direção ética para a construção de práticas comprometidas com a justiça social e com a emancipação humana.

O estudo busca compreender as condições concretas de trabalho das/os assistentes sociais e as estratégias desenvolvidas para resistir às restrições impostas pela dependência. Para isso, fundamenta-se em uma revisão bibliográfica que mobiliza as principais produções sobre o capitalismo dependente, bem como sobre a trajetória e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Além disso, analisa documentos institucionais e normativos da profissão, possibilitando uma abordagem crítica sobre os desafios e possibilidades do exercício profissional nesse contexto.

Isto é, este ensaio visa contribuir para o debate sobre o papel do Serviço Social na construção de práticas que, ao mesmo tempo em que buscam responder às demandas institucionais, reforcem sua formação e visão crítica diante do compromisso com a defesa dos direitos sociais e com a promoção de uma cidadania, assumindo um papel relevante na luta

contra as desigualdades estruturais produzidas pela lógica do capitalismo dependente.

Capitalismo dependente e as políticas sociais

O conceito de capitalismo dependente constitui uma categoria analítica essencial para compreender as particularidades do desenvolvimento econômico e social na América Latina, com ênfase no contexto brasileiro abordado neste artigo. Trata-se de um sistema de produção e acumulação estruturado pela subordinação aos interesses do capital internacional, no qual a divisão internacional do trabalho impõe especializações produtivas que limitam a capacidade das economias periféricas de promover seu próprio desenvolvimento (Osório, 2017).

No Brasil, essa dependência se expressa historicamente na estrutura econômica e social desde o período colonial, intensificando-se com o processo de industrialização dependente iniciado na década de 1930 e consolidado durante o regime militar. Esse modelo econômico se organiza em função do mercado externo, priorizando setores voltados à exportação, como a agroindústria e a mineração, em detrimento de investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento social e tecnológico interno.

Nessa lógica, “a produção não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo” (Marini, 2005, p. 132), o que significa que o crescimento econômico pode ocorrer sem necessariamente resultar em melhorias nas condições de vida da população local. Isso ocorre porque o processo de realização do valor se efetiva nas economias centrais, perpetuando um desenvolvimento econômico subordinado, em que os recursos e riquezas gerados no país são desviados para atender à demanda externa.

Esse modelo de acumulação no capitalismo dependente dá origem a uma forma específica de exploração, identificada por Marini (2005) como superexploração da força de trabalho. Esse conceito se refere a um processo no qual a acumulação do capital não se dá apenas por meio da exploração convencional da força de trabalho, mas por mecanismos que intensificam a extração de mais-valia de maneira particular. Para Luce (2012), essa exploração ocorre de três formas principais: i) pelo aumento da intensidade do trabalho, ampliando a produção de mais-valia relativa; ii) pela extensão da jornada de trabalho, elevando a produção de mais-valia absoluta; e iii) pela remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, impossibilitando a reprodução plena do trabalhador.

É fundamental destacar que a superexploração não se confunde com pobreza absoluta, mas sim com a impossibilidade de suprir integralmente tanto as necessidades básicas (como alimentação, saúde e educação) quanto às necessidades sociais (como acesso a tecnologias e produções culturais de seu próprio tempo histórico). Além disso, a superexploração resulta no

desgaste precoce da força de trabalho, decorrente da intensificação da jornada laboral e das condições degradantes de trabalho impostas às populações das economias dependentes (Marini, 2014).

Embora as regiões dependentes permaneçam econômica e politicamente subordinadas, a superexploração da classe trabalhadora garante a manutenção dos privilégios das classes dominantes locais e internacionais, perpetuando esse padrão de subordinação. Nesse sentido, a superexploração não apenas intensifica a extração de mais-valia, mas também potencializa a lucratividade e a acumulação do capital nas economias centrais, consolidando a posição periférica da América Latina no sistema-mundo capitalista.

As consequências desse processo, agravadas pela diluição da proteção social, materializam-se em uma profunda desigualdade estrutural e na precarização das condições de vida da maioria da população. O acesso restrito a direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança social, amplia a vulnerabilidade da classe trabalhadora, expondo-a a formas cada vez mais intensas de exploração e exclusão social.

[...] por bilhões de homens e mulheres dependentes de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontrar, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciando diretamente o flagelo do desemprego; [...] aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos, consequência da lógica destrutiva do capital [...] novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (Antunes, 2018, p. 26 *apud* Camargo, 2021, p. 492-493).

Essa reorganização do trabalho, ancorada na reprimarização das economias latino-americanas, impõe impactos profundos sobre as políticas sociais. À medida que o Estado enfrenta restrições orçamentárias e crescentes pressões para se adequar às demandas do capital internacional, intensifica-se a disputa pelo fundo público e limita as possibilidades de investimento em proteção social. A adoção de políticas de austeridade, amplamente incentivada e intensificada nas últimas décadas por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, resulta em cortes sucessivos nos investimentos sociais, agravando a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e impondo sua subjugação à superexploração como condição de sobrevivência (Brettas, 2017).

Essas dinâmicas têm implicações diretas na luta de classes e, consequentemente, nas respostas do Estado às expressões da questão social. A reconfiguração das políticas sociais ocorre por meio da implementação de programas e projetos alinhados aos processos de reestruturação produtiva, consolidando um modelo de gestão social orientado pela lógica do ajuste fiscal permanente (Brettas, 2017). Esse movimento tem como marco a contrarreforma do

Estado brasileiro iniciada na década de 1990, que estabeleceu as bases para a retração do papel estatal na garantia de direitos e para a intensificação da privatização e mercantilização dos serviços públicos.

Ao gerir as expressões da questão social por meio de políticas sociais moldadas pela lógica neoliberal, o capital mantém um discurso moralizante sobre o comportamento da classe trabalhadora, instituindo uma relação de controle social¹ que combina consenso e coerção. Esse controle se materializa nas condicionalidades impostas para o acesso às políticas sociais, restringindo a concepção de direitos e submetendo os sujeitos às exigências do capital (Souza, 2010).

A questão do controle social na dinâmica do capital torna-se evidente nas concepções de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital (Marx, 1978 *apud* Souza, 2010). Nessa perspectiva, a subordinação do trabalho ao capital se renova continuamente, intensificando a extração do trabalho excedente. Esse processo pode se manifestar de diferentes formas, desde a configuração de um Estado de Bem-Estar Social até a desregulamentação neoliberal, conforme as necessidades do capital e a correlação de forças entre as classes em cada conjuntura histórica.

Entretanto, nos países da periferia do sistema, especialmente na América Latina, historicamente marcada por uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, prevalece um padrão de proteção social limitado, seletivo e focalizado, que se constitui como expressão das contradições do capitalismo dependente.

O ciclo do capital latino-americano impõe condicionantes estruturais em todo processo produtivo e reprodutivo, neste sentido, a proteção social carrega em sua institucionalização e disposição orçamentária as contradições inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado, acentuadas pelas variáveis do tempo histórico.

Esta particularidade estrutural evidencia a disparidade nos níveis de proteção social e degradação da força de trabalho consolidadas entre os trabalhadores do norte e sul global. Assim, apesar de o capitalismo central ter experimentado seus *anos de ouro* através do intervencionismo keynesiano, tal realidade não se aplica em *Nuestra América*.

¹ “Na esfera política o controle social se expressa para regular a relação entre indivíduo e sociedade, ou seja, a relação entre as classes. Nessa esfera, o Estado mantém uma relação de complementaridade com a economia, com a base material, e exerce o controle sobre a sociedade, em particular, sobre o trabalho para diminuir os efeitos das desigualdades sociais, em face do agravamento da questão social no capitalismo dos monopólios e visando evitar os conflitos sociais entre as classes. No que se refere aquela relação de complementaridade, o Estado interfere na dinâmica da economia tanto na fase reguladora do capitalismo em que prevalece uma política keynesiana, quanto como restringe sua intervenção econômica e reduz direitos e benefícios sociais aos cidadãos, no momento em que predominam alternativas de desenvolvimento baseados no neoliberalismo” (Souza, 2010, p. 05).

Nesse contexto, as políticas sociais, ainda que apresentem traços de universalização em momentos pontuais, são, em grande medida, determinadas por condicionantes externos e restrições fiscais impostas pela lógica de transferência de valor ao capital internacional, reproduzindo mecanismos de regulação social compatíveis com as exigências do capital em sua fase contemporânea.

Esta condição impacta diretamente o exercício profissional do Assistente Social, desde a constituição da profissão até os desafios cotidianos, como observaremos a seguir.

Serviço Social no capitalismo dependente

O Serviço Social se legitima e se desenvolve como profissão no interior da divisão social, técnica, racial e de gênero do trabalho, tendo como pano de fundo as contradições e o desenvolvimento do capitalismo industrial monopolista (Iamamoto, 2007). Esses processos são apreendidos sob a ótica da luta de classes, evidenciando que a profissão atua diretamente nas políticas sociais e no enfrentamento das consequências da intensificação da superexploração do trabalho. No cotidiano, essa atuação se traduz no aumento da demanda por serviços sociais e na escassez de recursos para atender às famílias em situação de vulnerabilidade, colocando as/os assistentes sociais em uma posição de mediação entre as exigências do capital e as necessidades da classe trabalhadora.

Portanto, é nessa estrutura de exploração e subordinação que se configuram tanto os desafios diários da profissão quanto as estratégias de resistência. Aprofundando a análise da superexploração da força de trabalho e da dependência tecnológica e financeira do país, torna-se possível compreender as políticas sociais não como conquistas isoladas, mas como parte de um processo contraditório de controle e manutenção da ordem social. Ao intervir nas expressões da questão social, o Serviço Social é diretamente impactado por essas contradições (Netto, 2001), encontrando-se na linha de frente das tensões entre a reprodução de um sistema dependente e a luta pela garantia de direitos e pela construção de um projeto societário que rompa com essa lógica de subordinação estrutural.

Nesse sentido, o Serviço Social sofre diretamente os impactos do capitalismo dependente, como a intensificação da superexploração – resultante da permanente tentativa do capital de reduzir o valor da força de trabalho –, das crises urbanas, ambientais e econômicas cíclicas. Essas crises repercutem diretamente na vida da classe trabalhadora e, consequentemente, no Serviço Social, uma vez que a profissão não apenas atende a essa população, mas também se insere e se constrói enquanto parte dessa classe, engajada na defesa de suas lutas.

A/o assistente social é um/a trabalhador/a assalariado/a, com autonomia relativa, e a profissão, regulamentada pela Lei Federal nº 8.662/1993, configura-se como uma área de conhecimento das ciências sociais aplicadas. No Brasil, o Serviço Social se insere no campo das profissões liberais, embora sua prática esteja indissociavelmente vinculada às dinâmicas do trabalho assalariado e à reprodução das relações capitalistas. Sendo historicamente situado no contexto da complexificação dessas relações, o saber-fazer profissional do Serviço Social estrutura-se a partir das mediações entre capital e trabalho, constituindo sua base material e teórica. Esse processo se materializa no enfrentamento dos desafios impostos pela reestruturação produtiva e pelo aprofundamento da lógica neoliberal, que redefine as condições de trabalho e os limites da intervenção profissional (Iamamoto, 2007).

A institucionalização e a legitimação do Serviço Social no Brasil estão historicamente vinculadas à expansão das políticas sociais, inicialmente pautadas por um caráter assistencialista e conservador. No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, a profissão passou por uma reorientação crítica impulsionada pelo Movimento de Reconceituação, em um cenário marcado pelo processo de redemocratização do país e pelo fortalecimento das bases teóricas marxistas no campo do Serviço Social (Netto, 2001). Esse movimento culminou na formulação do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), que propõe uma atuação voltada para a emancipação e a justiça social, reafirmando o compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com a transformação das condições estruturais que perpetuam a desigualdade.

Contudo, a tentativa de consolidar uma atuação crítica encontra barreiras estruturais que desafiam a intervenção profissional e exigem estratégias de resistência e enfrentamento. Em primeiro lugar, é fundamental considerar a relação de compra e venda da força de trabalho dos/as assistentes sociais, mediada pelas determinações do assalariamento. Essa condição evidencia as limitações e contradições inerentes ao exercício profissional no contexto do capitalismo (Iamamoto, 2007).

O vínculo contratual e assalariado insere o/a assistente social sob a autoridade organizacional, submetendo-o/a às diretrizes institucionais que, muitas vezes, entram em conflito com as perspectivas e objetivos críticos do PEP. Além disso, a superexploração do trabalho se manifesta por meio de salários rebaixados, ampliação das demandas profissionais, intensificação e diversificação das requisições do capital – como a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a plataformização das políticas sociais (Guerra, 2023) –, além da flexibilização dos vínculos empregatícios, contratos temporários e terceirização, todos respaldados pelas contrarreformas trabalhistas que regulamentam a informalidade e a precarização do trabalho.

Essas condições são evidenciadas pelos dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2024), que apontam que 31,16% dos/as assistentes sociais no Brasil recebem até R\$ 2 mil e outros 32,21% recebem até R\$ 3 mil, valores inferiores à renda média nacional (Pnad, 2022). Além disso, 45% desses/as profissionais são contratados/as sem concurso público, o que reforça a instabilidade e a desproteção trabalhista. Destaca-se ainda que a profissão é predominantemente exercida por mulheres, o que insere o Serviço Social em um contexto de dupla exploração, na medida em que a precarização do trabalho se articula com as desigualdades de gênero (CFESS, 2024).

O Serviço Social, por ser uma profissão predominantemente composta por mulheres negras, assim como seu público atendido, está intrinsecamente vinculado a todas as expressões de desigualdade social advindas do sistema capitalista, como as violências contra as mulheres, a precarização no mundo do trabalho, o desemprego, o trabalho desvalorizado e não remunerado e todas as opressões, explorações, desvalorizações e subalternidades conferidas às mulheres (CFESS, 2024, n.p.).

Esse processo acentua a exploração e os adoecimentos da classe trabalhadora, compondo a nova morfologia do mundo do trabalho, cujas contradições foram intensificadas e tornadas mais visíveis com o aprofundamento da dependência. Como ressaltam Raichelis *et al.* (2022, p. 23), essa "nova-velha morfologia do trabalho" aprofunda os desafios já presentes no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais, evidenciando a necessidade de fortalecer estratégias coletivas de resistência frente às ofensivas neoliberais e à precarização das políticas sociais.

Por outro lado, a presença de legislações trabalhistas e normas organizacionais cria uma esfera de regulação e proteção que também oferece condições mínimas de dignidade ao trabalho profissional, como limites para a jornada e o direito trabalhista. No entanto, no contexto do capitalismo dependente e das políticas de austeridade, esses direitos são frequentemente ameaçados por tentativas de flexibilização trabalhista e precarização das condições de trabalho.

[...] a precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia dependente. Trata-se de um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemonizado pelas finanças, que combina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho como partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global (Antunes, 2020, p. 11).

Essa conjuntura intensifica os desafios cotidianos dos/as assistentes sociais, que enfrentam uma dupla pressão em seu exercício profissional. De um lado, há a exigência institucional de adaptação à lógica de produtividade e controle, que impõe a adesão a uma racionalidade instrumental e mercadológica, subordinando o trabalho social a métricas

quantitativas e metas gerenciais. De outro, persiste o compromisso com uma prática profissional ético-política, orientada pelo acesso a direitos, pela defesa intransigente da democracia, pela superação de todas as formas de preconceito e opressão e pelo princípio da liberdade como valor ético central. Assim, o exercício profissional se estrutura como um espaço de disputa, articulando-se com os movimentos da classe trabalhadora na construção de uma outra ordem societária, antirracista, anticapacitista e, necessariamente, anticapitalista.

O neoliberalismo impõe às políticas sociais métodos de gestão voltados ao controle burocrático e à obtenção de resultados quantitativos, desconsiderando a complexidade das demandas sociais. Esse modelo de funcionamento fragmenta os serviços e dificulta a construção de vínculos de confiança e apoio entre os/as assistentes sociais e os/as usuários/as. Nos espaços sócio-ocupacionais, o Serviço Social vê-se pressionado a adequar-se a essa lógica, que reduz a multiplicidade das expressões da questão social a números e indicadores, fragilizando a intervenção profissional e desconsiderando as reais necessidades da população atendida.

Além disso, no contexto do capitalismo dependente, o Serviço Social enfrenta o desafio de atuar em um cenário de profundas desigualdades regionais e sociais, estruturadas pela lógica da dependência econômica. O Brasil, inserido nessa dinâmica, apresenta um sistema socioeconômico altamente desigual, no qual os serviços e políticas sociais são distribuídos de forma desproporcional entre as diferentes regiões e classes sociais, limitando o acesso da população trabalhadora aos direitos fundamentais e reforçando a lógica seletiva e restritiva do Estado neoliberal.

Atualmente, observamos uma crescente exponencial e agravante do contingente populacional em situação de vulnerabilidade em suas mais diversas faces. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 35,9 milhões de pessoas estão em trabalhos informais; 64,6% na margem da pobreza; 28,1 milhões em situação de rua e 33,1 milhões em insegurança alimentar (Sousa, 2023, p. 41).

Diante desse contexto, amparados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Código de Ética Profissional, os/as assistentes sociais desempenham um papel central na defesa e garantia de acesso aos direitos sociais, enfrentando as contradições do capitalismo dependente e da exploração de classe. Esse compromisso ético-político está em sintonia com a perspectiva latino-americana do Serviço Social, que, conforme a definição adotada na Assembleia Geral da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) em 2014, propõe uma atuação crítica e transformadora, voltada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Serviço Social/Trabalho Social é uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes e o Estado nos diversos contextos

sócio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (CFESS, 2012c, n.p.)².

Logo, torna-se evidente a vinculação do Serviço Social com os processos sociais que atravessam diversas instituições da sociedade e impactam diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Os/as assistentes sociais, enquanto trabalhadoras/es, também estão inseridos nesse contexto de exploração, submetidos/as à sobrecarga, superexploração e outras formas de precarização laboral. O processo de reestruturação produtiva tem provocado alterações profundas nas requisições profissionais, tornando-as mais simplificadas, polivalentes e destituídas de especificidade, em um movimento de desprofissionalização que reduz a necessidade de especialização e amplia a realização de atividades indevidas ou inadequadas (Guerra, 2023).

Estes aspectos, acentuados pelas (contra)reformas trabalhistas e previdenciárias, tendem a prejudicar tanto o acesso a itens básicos como também os serviços inerentes à subsistência humana, comprometendo continuamente a vida dos trabalhadores. Tais condicionamentos afetam sua saúde mental e física e contribuem para o surgimento de doenças consideradas contemporâneas, mas que são intrínsecas à superexploração do trabalho no contexto do capitalismo dependente (Lira; Gurgel; Amaral, 2020).

Essa dinâmica se expressa no esgotamento prematuro da força físico-psíquica dos/as trabalhadores/as, “associado à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real, sustentando a dependência e a reconfiguração do papel do Estado na reprodução das relações capitalistas” (Luce, 2012, p. 122). Nesse cenário de extrema precarização, os/as assistentes sociais são impactados/as por um modelo de trabalho que subordina sua autonomia às exigências do mercado, limitando sua capacidade de atuação crítica e reforçando uma lógica instrumental alinhada aos interesses do capital.

Dessa forma, a categoria profissional sofre as consequências da nova morfologia do mundo do trabalho, que atravessam a totalidade da classe trabalhadora. Enquanto profissionais capacitados/as para intervir nas expressões da questão social, os/as assistentes sociais enfrentam a diluição de seus meios de trabalho e a intensificação das demandas sociais, sendo desafiados/as a operar entre as exigências institucionais que sustentam a superexploração e seu compromisso ético-político com a transformação social. Esse contexto de tensões reforça a

²A escolha pela proposta latino-americana de definição do Serviço Social, em detrimento da versão aprovada pela FITS, fundamenta-se na compreensão das especificidades históricas, sociais e econômicas da América Latina, que demandam uma perspectiva crítica e transformadora alinhada à realidade regional.

necessidade de um exercício profissional que vá além do atendimento imediato e emergencial, exigindo uma postura crítica que reconheça as particularidades sócio-históricas brasileiras e que questione as raízes estruturais da desigualdade.

Mesmo diante desse cenário adverso, assistentes sociais constroem e sustentam práticas de resistência no cotidiano profissional, reafirmando seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Estratégias de resistências e lutas no Serviço Social

No contexto do capitalismo dependente brasileiro, as estratégias de resistência e luta no Serviço Social tornam-se fundamentais para que os/as profissionais enfrentem as pressões neoliberais e atuem na defesa dos direitos da população em situação de desproteção social. A categoria profissional encontra-se inserida em um ambiente marcado pela precarização das políticas sociais e pela redução sistemática de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. Diante desse cenário, torna-se imperativo que os/as assistentes sociais construam uma práxis crítica e transformadora, que tenha um teor transformador da realidade e na defesa de uma sociabilidade livre de relações de opressão.

Essa atuação exige, ainda, a apropriação contínua dos debates mercadológicos e institucionais, não como forma de adesão à lógica do capital, mas como estratégia para a obstrução de seus mecanismos de dominação e para a construção de alternativas que fortaleçam a autonomia e a garantia de direitos da classe trabalhadora.

Nesse processo, permeado por conflitos inerentes à condição de trabalhadores assalariados – como a necessidade de preservação do vínculo empregatício – e ancorado em uma bagagem teórico-metodológica e técnico-operativa orientada por perspectivas ético-políticas, os/as assistentes sociais buscam construir redes de resistência e defesa dos direitos sociais. Para isso, estabelecem conexões com outras categorias profissionais, associações e movimentos sociais, promovendo articulações coletivas que fortalecem a luta contra as contradições impostas pelas estruturas de exploração e desigualdade características do capitalismo dependente.

A partir desse contexto, delimita-se a apropriação do Projeto Ético-Político (PEP) como um eixo fundamental para o fortalecimento da resistência profissional no Serviço Social. Essa apropriação se materializa na esfera jurídico-política da profissão e nas formas político-organizativas da categoria, manifestando-se na participação ativa nos conselhos e associações profissionais, bem como na produção e sistematização coletiva de conhecimento na área. Esses pilares são essenciais para consolidar estratégias sólidas e articuladas de resistência,

possibilitando uma atuação que transcende o atendimento imediato, promovendo uma intervenção crítica e comprometida com a transformação das condições sociais e a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, destaca-se o papel estratégico dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), vinculados às seccionais dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Esses núcleos funcionam como espaços de debate, representação e construção coletiva da categoria, permitindo que as particularidades locais e regionais sejam consideradas na formulação de estratégias de luta. Dessa forma, impulsionam mobilizações específicas, aprofundam o engajamento em questões pontuais e ampliam o campo de formação política e profissional dos/as assistentes sociais.

Além disso, os NAS oferecem ambientes de troca e compartilhamento de experiências, fortalecendo redes de apoio e consolidando a identidade coletiva da profissão. Esse processo é essencial para sustentar a resistência frente aos ataques às políticas sociais e para reafirmar o compromisso da categoria com os princípios ético-políticos do Serviço Social, garantindo que a luta por direitos e pela emancipação da classe trabalhadora permaneça como um elemento central no exercício profissional.

Entre os inúmeros desafios enfrentados pelo Serviço Social, exige-se a articulação e fortalecimento de trincheiras coletivas, especialmente na esfera política, em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Um exemplo emblemático desse processo de mobilização coletiva é a defesa da jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais, regulamentada pela Lei nº 12.317/2010, cuja implementação e manutenção demandam vigilância permanente e esforços contínuos.

Da mesma forma, a articulação com movimentos sociais também se consolida como uma estratégia indispensável, permitindo que suas ações ultrapassem o âmbito institucional e se conectem a lutas mais amplas, como a reforma urbana e agrária, a defesa da moradia digna, a igualdade de gênero e raça, e a proteção dos direitos da população LGBTQIA+. Esse engajamento político não apenas fortalece a capacidade de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, mas também possibilita a denúncia de violações de direitos e a promoção de debates sobre a importância das políticas sociais.

A resistência cotidiana envolve, ainda, a criação de espaços de escuta e acolhimento que respeitem a singularidade das demandas de sujeitos atendidos com base nos valores éticos centrais da profissão. Em um contexto em que as políticas sociais são pressionadas por uma lógica de mercado e por exigências de produtividade, assistentes sociais encontram na construção de vínculos com usuárias/os uma forma de resistência à desumanização dos

atendimentos. Por meio de práticas que promovem o acolhimento, a escuta qualificada e o fortalecimento da autonomia de sujeitos, as/os assistentes sociais reafirmam o compromisso com o valor da vida humana e com outra lógica de sociabilidade.

Ademais, a formação crítica e a educação permanente constituem elementos centrais na estratégia de resistência do Serviço Social, além de representarem um compromisso ético com o aprimoramento intelectual e profissional. No contexto do capitalismo imperialista, a educação desempenha um papel fundamental na reprodução das relações de dependência econômica e tecnológica, moldando a força de trabalho para a estrutura produtiva capitalista. No entanto, essa função é multifacetada e contraditória, pois também possibilita a formação crítica e a produção de conhecimento pela própria classe trabalhadora, ampliando sua capacidade de compreensão e enfrentamento das contradições estruturais (Santos, 2024).

Ao Serviço Social, o processo de formação e atualização de conhecimentos, ao incorporar referenciais teóricos críticos, capacita os/as assistentes sociais a compreenderem o papel das estruturas econômicas e políticas na produção e reprodução das desigualdades sociais. Essa qualificação possibilita uma atuação mais consciente e fundamentada, que reconhece as particularidades do capitalismo dependente e as estratégias necessárias para resistir às ofensivas neoliberais, como coloca Iamamoto (2022, p. 179):

A formação profissional possibilita aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela "modernização" da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial.

Dessa forma, a perspectiva de uma educação ininterrupta não apenas aprofunda os parâmetros investigativos da profissão, mas também amplia a compreensão dos processos de reestruturação do capital. Ou seja, tal projeto pedagógico fomenta o desenvolvimento de análises críticas sobre os campos sócio-ocupacionais e suas respostas às demandas impostas pela racionalidade neoliberal.

Nesse sentido, por meio de cursos, comissões técnicas, políticas de formação promovidas pelo conjunto CFESS-CRESS, congressos, seminários, rodas de conversa, o Projeto ABEPSS Itinerante e boletins informativos, a categoria constrói espaços permanentes de debate e atualização profissional. Essas iniciativas adotam diferentes estratégias pedagógicas e didáticas, enriquecendo a formação e promovendo discussões críticas sobre os temas centrais da profissão, sempre ancoradas em uma perspectiva de resistência.

A educação permanente capacita a categoria a desenvolver respostas críticas às limitações institucionais e aos processos de precarização, fornecendo ferramentas para que os/as assistentes sociais possam atuar com autonomia intelectual diante das ofensivas do capital. No entanto, é imprescindível que essa formação crítica permaneça ancorada nas trincheiras de luta, cultivando um senso crítico que muitas vezes é negligenciado, inclusive durante a formação profissional, precarizada pelo avanço da mercantilização da educação e da vida. Mesmo que a pressão por ceder seja constante, é necessário manter uma postura radical e firme na busca por uma sociabilidade mais justa e livre de explorações.

Dante das (re)configurações e da precarização do mundo do trabalho, é fundamental desenvolver e manter um olhar crítico e atento às demandas institucionais associadas ao capitalismo dependente, especialmente no que concerne a requisições indevidas ou inadequadas, que desrespeitam o que estabelece a Lei nº 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão. Reconhecer esses impactos é essencial para que possamos fortalecer uma prática profissional que, além de crítica, esteja ancorada na defesa dos princípios ético-políticos do Serviço Social, que forja inclusive o trabalho coletivo e o respeito ao pluralismo de perspectivas democráticas, o que não se confunde com ecletismo.

Aproximações conclusivas

569

Desvendar as múltiplas determinações que constituem nossa sociabilidade, marcada pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, permite uma compreensão crítica da totalidade social em sua forma mais contraditória. As economias centrais e dependentes, partes interdependentes de um mesmo sistema capitalista, expressam conflitos e oposições que, de forma dialética, impulsionam processos de mudança e transformação social.

Dentro das dinâmicas do capital, surge uma antítese que impõe consequências adversas aos trabalhadores, como a precarização das condições de vida, o adoecimento e o desgaste laboral, sintomas de um sistema baseado na superexploração, amplamente perceptível no cenário brasileiro. Essa superexploração opera como um mecanismo de rentabilidade e acumulação imperialista, impondo o que, quem e como produzir, desconsiderando as necessidades reais da sociedade. Esse modelo perpetua o desenvolvimento do subdesenvolvimento das economias dependentes, ampliando as desproteções sociais.

Essa natureza integra a formação sócio-histórica do Brasil, revelando o caráter primário-exportador da economia e o poder político exercido pelos latifundiários na dinâmica de cooperação antagônica que sustenta a divisão internacional do trabalho sob o imperialismo. Nesse contexto, o capitalismo dependente particulariza o significado da questão social e suas

expressões na realidade brasileira, requerendo uma análise que ultrapasse compreensões genéricas e abstratas desse conceito.

A questão social, sendo o fundamento básico da existência do Serviço Social e sua razão de ser, demanda uma compreensão aprofundada das dinâmicas de dependência para que as/os assistentes sociais possam identificar os desafios e explorar as possibilidades de resistência e transformação no contexto brasileiro. Essa análise é indispensável para que o exercício profissional seja crítico e engajado com a realidade concreta, fundamentando-se em um entendimento preciso das contradições e desigualdades que marcam o capitalismo dependente no Brasil.

Dessa forma, o Serviço Social no Brasil encontra-se em uma posição desafiadora, mas também estratégica. A profissão, ao mesmo tempo em que enfrenta limitações estruturais, é impulsionada pelo compromisso ético-político com a emancipação social, o que lhe confere um papel de resistência e de luta por direitos. Em um contexto marcado pela desigualdade, pela precarização e pela superexploração da força de trabalho, o Serviço Social, ao atuar de forma crítica e comprometida, contribui para questionar e expor as contradições do capitalismo dependente e para a construção de alternativas que promovam uma sociedade mais justa e equitativa.

Para enfrentar essas barreiras, o Serviço Social brasileiro deve fortalecer sua formação básica e sua educação permanente crítica, bem como intensificar a articulação com movimentos sociais e demais lutas populares. É essencial incluir o debate sobre o capitalismo dependente nas leituras e no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a compreensão das expressões da questão social à luz da realidade sócio-histórica brasileira.

Através dessas estratégias de resistência e enfrentamento, assistentes sociais podem aprofundar a análise das relações entre as condições sociais concretas e as determinações econômicas e políticas que as sustentam, promovendo uma atuação mais consciente, crítica e engajada com as demandas sociais e com as lutas da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, v. 34, n. 2, p. 53-76, 2017.
- CAPUTI, Lesliane; TABOSA, Diego S; PAULA, Luciana G. Pereira de. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e sua vinculação com a luta por uma sociedade anticapitalista. In: RODRIGUES, A. S.; TABOSA, D.; PAULA, M.M; DUARTE, R. A.

- Serviço Social e debates contemporâneos: trilhando reflexões para o trabalho e a formação profissional.* Curitiba: CRV, 2021 (p. 33 a 52).
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *As relações de trabalho no Serviço Social brasileiro e as contrarreformas no Estado brasileiro*, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_definicao_workshop.pdf Acesso em: 07 mar. 2025.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Campanha Dia do/a Assistente Social*. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1989>. Acesso em: 07 mar. 2025.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. 2022.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica*: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil. 2022.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Diálogos do Cotidiano*: reflexões sobre o trabalho profissional - Caderno 2, 2022. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Campanha 08 de Março*. 2024. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2085>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CAMARGO, Maria Angelina B. *et al.* Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, p. 488-507, 2021.
- DUARTE, R.A. *Serviço Social e debates contemporâneos: trilhando reflexões para o trabalho e a formação profissional*. Curitiba: CRV, 2021 (p. 33 a 52).
- GUERRA, Yolanda. Tecnologias da Informação e Comunicação e seus impactos no modus operandi do trabalho profissional de assistentes sociais. In: *Anais 9º Encontro Internacional de Política Social 16º Encontro Nacional de Política Social*. Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023. Disponível em <https://ticpoliticasocial.org/wp-content/uploads/2023/10/Yolanda.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Leila Lima Santos (depoimento, 2007). Serviço Social na América Latina: 1970-1980. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. Cortez Editora, 2022.
- LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AMARAL, Angela Santana. Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador: o trabalho precário na confecção. *Physis: Revista de saúde coletiva*, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/phyisis/2020.v30n1/e300106/>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 32, 2012.
- MARINI, Ruy Mario. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mario. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2014.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3. p. 41-49, 2001.
- OSÓRIO, Jaime. *Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente*. Periódicos UFES, 2017.
- RAICHELIS, Raquel. VICENTE, Damaris. VIEIRA, Nuria P. *Nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: EDUC:CAPES, 2022. (Série Serviço Social).
- SANTOS, Eduardo Henrique Moraes. *Educação superior, assistência estudantil e o capitalismo dependente*. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/43884>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOUZA, Reivan Marinho. Controle Social e reprodução capitalista: polêmicas e estratégias contemporâneas. *Temporalis*, Brasilia (DF), ano 10, n. 20, p. 49-76, jul./dez. 2010.